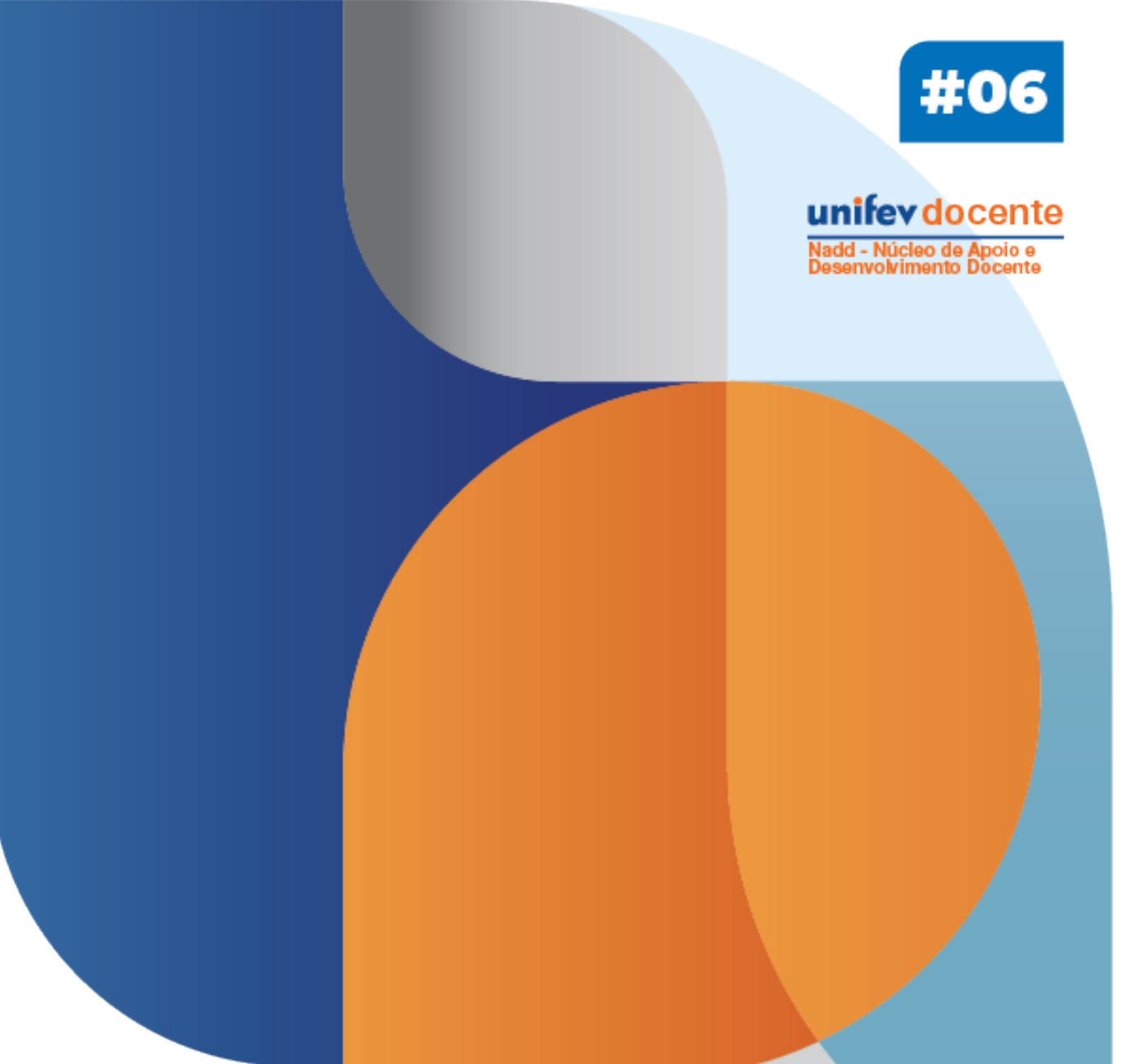




#06

unifev docente

Nadd - Núcleo de Apoio e
Desenvolvimento Docente

Nadd.**edu**

**Periódico Formativo do Núcleo de
Apoio e Desenvolvimento Docente**

Publicação on-line bimestral
Nº 6 - Ano 2 / Out. 2025

PALAVRA DO PROFESSOR

O Núcleo de Apoio e Desenvolvimento Docente (Nadd) apresenta a 6ª edição de seu periódico formativo, reafirmando o compromisso institucional com a promoção de espaços de reflexão, diálogo e construção coletiva do saber. Esta edição traz à luz a importância da Extensão Universitária como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa, elo que conecta o conhecimento acadêmico às realidades sociais e impulsiona práticas transformadoras.

Pensar a extensão é pensar a universidade em movimento. É reconhecer que o aprendizado ultrapassa os muros institucionais e ganha sentido na escuta atenta, na partilha e na intervenção concreta junto à comunidade. É nesse encontro entre teoria e prática, ciência e sensibilidade, que o ato educativo se fortalece e a formação docente se renova, inspirando novas formas de ensinar, aprender e conviver.

Nesta perspectiva, o Nadd desempenha papel essencial ao apoiar os docentes na integração da extensão às práticas de ensino e pesquisa, fortalecendo o compromisso ético e social da universidade.

Ao fomentar a reflexão sobre o fazer extensionista e oferecer subsídios para o desenvolvimento de ações significativas, o Núcleo contribui para que a docência se torne cada vez mais engajada, transformadora e conectada às demandas da comunidade.

Que cada leitura desperte o desejo de continuar tecendo pontes entre o saber acadêmico e o saber vivido. Que o olhar para o outro permaneça como essência e destino do nosso fazer educativo. Será um convite à reflexão. Será um gesto de amor pela educação que se estende e se refaz no encontro com o mundo.

Dr. Anderson Bençal Indalécio

A CIÊNCIA DIZ

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Ma. Giovana Regina da Silva Cristante

Research, Society and Development, v. 10, n. 8, e11910816977, 2021
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i8.16977>

Processos de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior: Uma revisão sistemática

Processes of inclusion of people with disabilities in Higher Education: A systematic review

Procesos para la inclusión de personas con discapacidad en la Educación Superior: Una revisión sistemática

Um estudo publicado na revista Research Society and Development em 2021 trouxe reflexões acerca do processo de inclusão de pessoas com deficiência nas universidades brasileiras (Gomes, Mendes, Almeida, Duarte, Vieira & Freire, 2021).

O trabalho, intitulado “Inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior: desafios e perspectivas”, trata-se de uma revisão sistemática de artigos nacionais e internacionais publicados entre 2016 e 2020, com o objetivo de evidenciar questões relacionadas à percepção do processo de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, tanto pela ótica discente quanto docente.

Após a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão, foram selecionados cinco estudos para a revisão. A pesquisa identificou que, embora o Brasil tenha avançado nas últimas décadas, especialmente com a criação de legislações específicas e programas de acessibilidade, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Persistem barreiras arquitetônicas que limitam o acesso físico aos espaços, práticas pedagógicas pouco adaptadas às diferentes necessidades dos estudantes, formação docente insuficiente para o atendimento inclusivo e desigualdades sociais que dificultam a permanência dessas pessoas no Ensino Superior.

Os autores destacam a escassez de produções científicas sobre o tema e concluem que embora a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior seja um direito assegurado, sua efetivação depende de ações concretas das instituições, como a formação e capacitação constante de professores, adaptações estruturais, fornecimento de materiais didáticos apropriados, além de proporcionar uma cultura de conscientização à inclusão.

Referências:

GOMES, Elihab Pereira et al. Processos de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior: uma revisão sistemática. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, p. e11910816977-e11910816977, 2021.

CONSTRUINDO COMPETÊNCIAS

ROLAND TORMEY E O ENSINO POR COMPETÊNCIAS: ENTRE O SABER TÉCNICO E O SABER HUMANO

Dr. Anderson Bençal Indalécio

O sociólogo e educador Roland Tormey destaca-se no cenário europeu por suas contribuições à formação docente e ao ensino por competências, especialmente no contexto do ensino superior e da educação em engenharia. Pesquisador da École Polytechnique Fédérale de Lausanne (EPFL), na Suíça, Tormey propõe uma reflexão sobre a necessidade de integrar dimensões técnicas, éticas e emocionais no desenvolvimento das competências profissionais.

Para o autor, ensinar por competências não se resume à aquisição de conteúdos nem à execução de tarefas práticas. Significa formar sujeitos capazes de articular conhecimentos, habilidades e atitudes diante de situações reais e complexas. Assim, o foco da aprendizagem desloca-se do domínio técnico para a ação responsável, colaborativa e crítica.

Um dos conceitos centrais em sua teoria é o do “currículo oculto” (*hidden curriculum*). Tormey alerta que, muitas vezes, as instituições de ensino transmitem valores e comportamentos implícitos que contradizem os objetivos declarados nos projetos pedagógicos. Por exemplo, quando a cultura institucional valoriza apenas o desempenho individual ou a produtividade técnica, os estudantes acabam internalizando que o sucesso depende mais da competição do que da cooperação. Esse descompasso fragiliza o desenvolvimento das competências socioemocionais e éticas, indispensáveis à prática profissional contemporânea.

O pesquisador também dedica parte significativa de seus estudos à compreensão das competências emocionais no ensino. Ele defende que a aprendizagem é um processo profundamente humano e relacional: envolve empatia, autorregulação e consciência ética. Por isso, o professor precisa criar ambientes de aprendizagem que valorizem o diálogo, o trabalho em equipe e a reflexão sobre dilemas reais, permitindo que os estudantes aprendam a agir com autonomia e responsabilidade social.

Para Tormey, o ensino por competências requer que as instituições revejam suas metodologias e formas de avaliação, de modo que não privilegiem apenas o acerto técnico, mas também a capacidade de colaborar, argumentar e decidir eticamente. Em suas palavras, a formação de qualidade deve preparar o estudante para lidar com a incerteza, a diversidade e os desafios coletivos do mundo contemporâneo.

Sua teoria nos convida a pensar a docência como ato ético e relacional, em que o conhecimento técnico ganha sentido quando integrado ao compromisso com o outro e com a sociedade. Ensinar por competências, nessa perspectiva, é ensinar a ser humano em contextos complexos — e essa talvez seja a competência mais essencial de todas.

Referências:

TORMEY, Roland. Emotional intelligence, emotional competencies and teacher education: emerging issues. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, v. 2, n. 2, p. 857–864, 2010. DOI: 10.1016/j.sbspro.2010.03.116.

METODOLOGIA A+

UM-DOIS-QUATRO-JÁ!! A BUSCA PELA PARTICIPAÇÃO COLABORATIVA

Esp. Walter Francisco Sampaio Neto

O método Um-Dois-Quatro (um-dois-quatro-todos ou snowball) é uma estratégia de ensino colaborativa ideal para a discussão de conteúdos controversos ou que possuam múltiplos posicionamentos. Ele estrutura o aprendizado em etapas de crescente complexidade e colaboração, garantindo a participação de todos. A estratégia se inicia com o docente apresentando um material do conteúdo a ser trabalhado, contendo questões de direcionamento. A primeira etapa é a reflexão individual, onde cada discente constrói sua própria opinião e solução. Em seguida, ocorre a formação de duplas e quartetos para o debate. Essa progressão assegura que o aluno consolide sua opinião e argumentos antes de expô-los, estimulando a contra-argumentação e a abertura para novas ideias.

O uso de números pares facilita a participação dos alunos e concede maior tempo de fala a cada um, favorecendo que a solução se apresente por consenso, enquanto os números ímpares possibilitam a solução de impasses por votação da maioria.

A aplicação do Um-Dois-Quatro incentiva a participação colaborativa gradual, mas exige atenção do docente a alguns cuidados: garantir um número suficiente de discentes para diversidade de grupos, considerar a limitação física do espaço em relação a classes com número expressivo de alunos e fazer uma divisão adequada do tempo para as fases individual e de grupo.

O fechamento da aula pode ser feito pelo docente diretamente ou com a participação conjunta de todos, permitindo a identificação das soluções e dando ao docente a oportunidade de complementar, corrigir ou esclarecer dúvidas finais sobre o tema.

Referências

KLAFKE, Guilherme Forma; FEFERBAUM, Marina. **Metodologias ativas em direito**: guia prático para o ensino jurídico participativo e inovador. São Paulo, Atlas, 2020. ISBN 978-85-97-02524-8

PRÁTICA DOCENTE

“PROFESSOR, JÁ VIU MINHA MENSAGEM?” O CELULAR E O IMEDIATISMO QUE NOS CONSUME

Me. Camilo Augusto Giamatei Esteluti

O pós-pandemia trouxe inúmeras transformações no cotidiano acadêmico; entre elas, o celular tornou-se um canal permanente de comunicação e cobrança. Muitos alunos esperam respostas instantâneas, mensagens fora de horário e orientações urgentes por aplicativos. O professor, por sua vez, é empurrado para um terreno de disponibilidade contínua, sem que o rigor da reflexão e a gestão do tempo sejam respeitados.

É curioso notar que, mesmo estando fisicamente presentes, muitos estudantes não se manifestam em sala. Silenciam-se durante a aula, evitam perguntas, mas minutos depois, quando o professor cruza a porta, surge uma enxurrada de mensagens no WhatsApp. Esse comportamento revela a lógica da comunicação digital: mais rápida, menos exigente de exposição pública, porém igualmente imediatista.

Bauman (2001, p. 87) observa que “o velho limite sagrado entre o horário de trabalho e o tempo pessoal desapareceu; estamos permanentemente disponíveis, sempre no posto de trabalho”. Essa dissolução das fronteiras amplia-se quando o celular se converte em extensão da sala de aula, criando a sensação de que o professor deve estar sempre acessível. Capeletti (2024) acrescenta que a cultura da mensagem instantânea desloca o ritmo pedagógico, impondo urgências artificiais e sobrecarregando o docente.

É nesse cenário que precisamos reafirmar limites: o professor está disponível no espaço presencial da aula e também por meio de canais institucionais, mas não pode se reduzir a uma resposta imediata em aplicativos pessoais. Ensinar é também educar para o tempo: o nosso e o dos alunos.

Referências:

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAPELETTI, A. O imediatismo digital e a docência no ensino superior

pós-pandemia. **Revista Brasileira de Educação e Tecnologia**, v. 12, n. 1, p. 45-62, 2024.

EDUCAÇÃO & SAÚDE

NOVAS DCNS PARA OS CURSOS DA SAÚDE. O QUE DEVEMOS ESPERAR?

Dr. Wagner Moneda Telini

Estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Superior foram instituídas para orientar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), ressignificar o perfil do egresso e os conteúdos da matriz curricular formadora para cada curso.

Resultado da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1), as DCNs substituíram, na Educação Superior, os Currículos Mínimos, orientando, na Área da Saúde, formação profissional mais completa, humanista, crítica e reflexiva. As DCNs ofereceram as bases para a mudança da estratégia de formação na Educação Superior em Saúde, antes, conteudista e especializada, estruturada em disciplinas de ensino, agora, mais complexa, integrada, estruturada em eixos formadores e competências transformadoras.

Na Área da Saúde, as DCNs estabeleceram a necessidade de PPCs coerentes com o perfil profissional do egresso, alinhado com as necessidades de saúde, embasado em modelos pré-estabelecidos de cuidado (2) propondo a flexibilidade curricular e a autonomia de cada Instituição de Ensino Superior (IES) para a construção do currículo de seus cursos considerando as necessidades de saúde individuais e coletivas de seu território.

Apesar da proposta inovadora das DCNs, à época da criação, as suas versões originais remontam uma a duas décadas e merecem revisão. Pioneiras na reestruturação de suas diretrizes, nutrição e, mais recentemente, medicina, lançaram novos documentos, neste ano (3,4). Estes novos documentos reiteram a preocupação com a formação profissional adaptada às necessidades de saúde de locais e regionais, tanto individuais, quanto coletivas.

As novas DCNs reforçam a importância do ensino de competências formadoras essenciais ao cuidado integral em saúde considerando a determinação complexa do adoecimento, com foco além dos agentes biológicos de cada agravo, valorizando os determinantes sociais, culturais, ambientais e até as mudanças climáticas que devem ser compreendidos e vivenciados pelo estudan-

te, predominantemente, em cenários práticos reais, para garantir a sua competência e o seu comprometimento profissional para o cuidado sustentável do ser humano. Ao exemplo das novas DCNs de nutrição e medicina, os novos documentos prometem inovar, também, ao proporem a incorporação das novas tecnologias em saúde, na matriz curricular.

Em conclusão, as novas DCNs dos cursos da saúde buscarão a formação de profissionais mais críticos do processo de saúde doença, capazes de visualizar, de forma humanística e, ao mesmo tempo, tecnológica, o ser humano e o processo saúde-doença, inserido no ambiente, em constante modificação, biológica, social, cultural e ambiental.

Referências:

- (1) BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996.
- (2) PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araujo de (org.). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: UERJ; IMS; ABRASCO, 2006.
- (3) BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES n.º 2, de 15 de agosto de 2025. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 155, p. 26, 18 ago. 2025.
- (4) BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES n.º 3, de 20 de junho de 2014. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 8-11, 23 jun. 2014.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE

POLÍTICA EXPANSIONISTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: QUANTIDADE E/OU QUALIDADE?

Dr. Lauro Lodo Prado

A política expansionista de educação superior no Brasil, implementada nas últimas décadas, priorizou a abertura de novos cursos e o aumento de matrículas, em resposta às demandas do mercado e pressões sociais. Essa expansão, no entanto, focou mais na quantidade do que na qualidade e/ou à sua transformação e sem promover uma formação profissional qualificada, crucial para abordar as desigualdades regionais.

Uns dos alicerces da expansão universitária no Brasil foi o fomento do ensino a distância (EaD) como fonte de forte ampliação. O discurso predominante é de que o EaD alcançaria a população em regiões distantes e com menores oportunidades de acesso ao ensino superior, além de proporcionar a esse público possibilidade de desenvolvimento cultural, além de incidir na redução de desigualdades regionais.

Para quantificar essa expansão, entre 2000 e 2022, as matrículas no ensino superior no Brasil cresceram significativamente, com o aumento de 6,8% para 18,4% na população com 25 anos ou mais que completou a graduação. A maior parte das matrículas concentra-se na rede privada, que, em 2022, representava cerca de 75% das matrículas totais. Houve um crescimento exponencial nas matrículas em cursos EaD. Em 2023, a modalidade já representava 49,3% das matrículas totais do país, especialmente na rede privada.

Por fim, compreendo que o EaD, de fato, amplia matrículas. Todavia, entendo que tal processo é questionável, pois não contempla a tríplice dimensão de ensino, pesquisa e extensão; sem a vivência discente no universo acadêmico e sem contato presencial com pares e um corpo docente variado, o que enriqueceria e problematizaria criticamente a formação. Deixo uma reflexão, como equacionar a necessidade da educação superior e de novos profissionais em nosso país, com a formação de qualidade reconhecida?

Referências:

- BARRETO, R. G. A formação de professores a distância como estratégia de expansão do ensino superior. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1299-1318, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/13.pdf> Acesso em: 11 out. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2022 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (INEP/MEC). Sinopse Estatística da Educação Superior 2022. Brasília: INEP/MEC, 2023. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> Acesso em: 11 out. 2025.
- MANCEBO, D.; VALE, A. A. do; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, jan./mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf> Acesso em: 11 out. 2025.
- NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/ Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2008. Disponível em <http://www.epsvj.fiocruz.br/sites/default/files/l40.pdf> Acesso em: 11 out. 2025.
- SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil:

predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf> Acesso em: 11 out. 2025.

SISTEMA E-Mec [Internet]. Brasília: Ministério da Educação; 2012 [acesso 11 de outubro de 2025]. Disponível em: <http://www.emec.mec.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2025.

DIÁLOGOS COM O MEC

REIMAGINAR, PLANEJAR, TRANSFORMAR: A JORNADA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA 2026

Ma. Iza Valéria da Silva Pires

As novas exigências regulatórias exigem mudanças no perfil dos estudantes, avanços tecnológicos, necessidade de sustentabilidade financeira e uma competitividade crescente impõem que a gestão acadêmica evolua de forma proativa. Nesse contexto, o planejamento estratégico não pode mais ser adiado: iniciar agora fortalece a relevância acadêmica, a estabilidade financeira e o impacto social da instituição.

É essencial definir com clareza a função institucional no ecossistema educacional e social, articulando pesquisa, ensino e extensão com as demandas da sociedade. Estabelecer parcerias estratégicas com setores públicos, privados e comunitários amplia o alcance e a aplicação do conhecimento produzido, fortalecendo a missão institucional e a responsabilidade social.

A inovação curricular e a integração tecnológica merecem atenção especial. Atualizar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) com foco em competências relevantes para o século XXI, promover a inovação pedagógica e incorporar tecnologias que potencializem a aprendizagem. Investir em plataformas digitais, dados de aprendizagem e inteligência artificial educativa facilita a personalização e a melhoria de resultados, ao mesmo tempo em que exige governança ética e proteção de dados.

Sustentabilidade financeira e modelos de negócio aparecem como eixo crítico. Diversificar fontes de receita, realizar análise de custos e explorar novos modelos sem comprometer a qualidade. Buscar eficiência operacional, captação de recursos, parcerias público-privadas e estratégias de precificação que reflitam o valor acadêmico da instituição, assegurando resiliência diante de cenários econômicos voláteis.

Atração, permanência e sucesso acadêmico devem orientar ações integradas de recrutamento de estudantes, programas de acolhimento, mentoria e acompanhamento pedagógico. Fomentar a retenção, a conclusão de cursos e a empregabilidade fortalece a relação entre alunos, docentes e a cultura institucional, gerando um ecossistema de apoio que promove aprendizado significativo e longo prazo.

No campo do ensino híbrido, IA educacional e novos formatos de aprendizagem, é preciso desenvolver políticas consistentes, infraestrutura adequada, treinamento de equipes e avaliação alinhada a objetivos pedagógicos. Explorar IA educacional para personalização, feedback em tempo real e apoio a atividades de pesquisa e extensão amplia as possibilidades de ensino, exigindo supervisão pedagógica e métricas claras de qualidade.

O alinhamento regulatório, ESG e boas práticas envolve assegurar conformidade com exigências do MEC/INEP, enquanto adotamos governança, responsabilidade social e ambiental. Transparência, qualidade e ética devem permear todas as ações, estimulando uma cultura institucional de responsabilidade compartilhada e melhoria contínua. Investir em práticas de ESG fortalece reputação, atrai parcerias e sustenta o compromisso com o coletivo.

A diferenciação, reputação e captação dependem de uma identidade institucional bem definida, alicerçada na excelência acadêmica, impacto social e resultados dos alunos. Investir em pesquisa de relevância, inovação pedagógica e comunicação institucional cria valor agregado, facilitando a atração de estudantes, parceiros e financiadores.

O futuro da instituição depende das decisões tomadas hoje. Planejar para 2026 é antecipar riscos, capitalizar oportunidades e consolidar nosso posicionamento no setor. Esse é um convite para liderança acadêmica iniciar o diálogo estratégico com equipes, docentes e estudantes, para traduzir ideias em ações mensuráveis e com resultados verificáveis.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

unifev docente

Nadd - Núcleo de Apoio e Desenvolvimento Docente

Autores

Dr. Anderson Bençal Indalécio
Me. Camilo Augusto Giamatei Esteluti
Ma. Giovana Regina da Silva Cristante
Ma. Iza Valéria da Silva Pires
Dr. Lauro Lodo Prado
Dr. Wagner Moneda Telini
Esp. Walter Francisco Sampaio Neto

Revisão

Profa. Ma. Silvia Brandão Cuenca Stipp
MTb: 19.406/SP

Comunicação e Marketing

Grazielle Karina de Marchi Magalhães

Diagramação e design

Prof. Me. Vinicius Sanchez dos Santos